

Questões Sobre a (Pós-)Modernidade

Rogério Haesbaert*

*Quis
Mudar Tudo
Mudei Tudo
Agora Pós Tudo
Extudo
Mudo
Augusto de Campos*

A cadência e o jogo de palavras do polêmico poema concretista de Augusto de Campos revelam bem a angústia e a ambigüidade do nosso tempo: o anseio por mudança, a pretensa realização do novo e, enfim, o paradoxo com o após que é também um “ex”... O “todo/tudo” que a era moderna pretendeu alcançar estaria perdido? O novo, a mudança efetiva, seria mera ilusão? Ou, ao contrário, tudo vai continuar sempre mudando, ainda que sem o sentido linear e pretensamente previsível com que encarávamos o futuro? A Geografia (vide as obras fundamentais de HARVEY, 1992[1989], SOJA, 1993[1989] e GOMES, 1996) e outras ciências sociais, que tanto têm se utilizado (e, às vezes, abusado) do termo modernidade, muitas vezes esquecem a complexidade com que este termo tem sido tratado, principalmente a partir do debate entre “modernos” e “pós-modernos” que teve início na arquitetura no final dos anos 70.

A chamada “crise de paradigmas” contemporânea, plena de indagações que alguns creditam ao clima fin-de-siècle, pode ser reconhecida, entre outros, através do debate entre Modernidade e Pós-modernidade. PICÓ (1988) chega mesmo a afirmar que esta polêmica teria substituído o grande debate da década anterior, envolvendo marxismo(s) e positivismo(s). Mesmo reconhecendo as restrições que os marcos cronológicos implicam, a verdade é que a década de 80 pode ser considerada um limiar muito importante na definição das crises e mutações do mundo contemporâneo.

Se levarmos a sério afirmações como a de Picó, podemos admitir que a ruptura representada pelos acontecimentos da última década trouxe, pelo menos ao nível do debate acadêmico, uma reviravolta surpreendente: tal como em outros momentos quando um Nietzsche ou um Heidegger balançaram as certezas do racionalismo dominante, os auto-proclamados pós-modernistas trouxeram à tona, talvez com uma ênfase

* Professor do Departamento de Geografia da UFF, Doutor em Geografia pela USP. Este artigo tomou como ponto de partida os trabalhos “(Pós)Modernidades” (trabalho final da disciplina “História Contemporânea e geografia”, prof. Milton Santos, 1990) e “(Post)Modernités: de multiples chemins”, apresentado no Seminário da Comissão da Revista *Espaces Temps*, Saint Prix, 11 e 12.04.1992, a convite do Prof. Jacques Lévy. Agradeço aos professores pelo estímulo e oportunidade para desenvolver e discutir a maior parte das idéias aqui apresentadas.

nunca antes verificada, a contestação dos pressupostos de uma modernidade pretensamente racional/ científicista e universalizante.

Se antes o debate se limitava à batalha entre diferentes formas de racionalidade (ou de racionalismo, para os mais críticos), o pós-modernismo muitas vezes colocou em xeque a própria legitimidade da razão como fundamento ou como única via para o conhecimento e a transformação do mundo. Acusada muitas vezes em bloco como veículo de dominação, alguns chegaram a tachar a modernidade de totalitária, repressora da sensibilidade, esta sim a fonte primeira da vida e do conhecimento humano.

Algumas das bases concretas que explicam o surgimento do debate entre moderno e pós-moderno foram a falência (enfim escancarada) do “socialismo real”, tido ainda por alguns como alternativa para a opressão capitalista (como se não se escondesse ali um “capitalismo burocrático total”, como afirma Castoriadis); o agravamento das questões ecológicas, colocando por terra uma pretensão “moderna” de avanço constante da tecnologia e conseqüente domínio progressivo sobre a natureza, e os movimentos “alternativos” de base cultural (desde o final dos anos 60), como o feminismo, os neoregionalismos e os fundamentalismos nacionais e religiosos que, à direita ou à esquerda, embaçaram o caminho rumo ao pretendido universalismo de uma sociedade “racional”, patriarcal e estatal transnacionalizada.

Apesar de ter como elementos propulsores o movimento pós-modernista na arquitetura e, na filosofia, o debate entre Jürgen Habermas (“moderno”) e François Lyotard (“pós-moderno”), no início da década de 1980, não há dúvida que, concretamente, o chamado fim da Guerra Fria e o colapso do socialismo real, destruindo a bipolarização social e ideológica diante da qual o mundo e os intelectuais acabavam sempre se posicionando, foram fundamentais para trazer à tona as contradições de uma “matriz da modernidade” baseada, segundo BIDET (1990:50), na

“interindividualidade, associatividade e centridade”, comuns aos sistemas capitalista e “comunista”.

Mas, afinal, ser moderno corresponderia de fato a todo o quadro negativo pintado pelos pós-modernistas? A modernidade teria uma única face? A velha relação moderno-tradicional voltaria a ser vista dicotomicamente? Foi preciso o pós-modernismo propor as “suas” definições de modernidade, ou seja, aquela(s) contra a(s) qual(is) lutava, para que os “modernistas” (a maioria até então calada ou encoberta sob outros rótulos) “acordassem” e levantassem seu brado de guerra.

A COMPLEXIDADE DO PENSAMENTO PÓS/MODERNO

Aberta a corrida pelo imenso labirinto de definições, cada um tentava defender sua própria (pós)modernidade, de tal modo que em certos momentos elas se confundiam, e parceiros de mesmas idéias e posições se deparavam empunhando bandeiras (rótulos) diferentes. O quadro 1 é uma tentativa de mostrar esta multiplicidade de interpretações. Vários posicionamentos dos autores são bastante questionáveis, mas acreditamos que pelo menos a “matriz” que conseguimos formular é bastante representativa em relação aos vários momentos em que se pode situar a discussão sobre a modernidade / pós-modernidade, seja em termos de como se vê a amplitude da crise contemporânea (se estamos ou não superando a “era moderna”, pelo menos em alguma[s] de sua[s] dimensão[ões]: cultural, política e, mais raramente, econômica...), seja em relação à posição político-filosófica (predominantemente crítica ou conservadora) que assumimos frente às transformações em curso, quer as denominemos de modernas ou de pós-modernas.

Um elemento importante que não foi contemplado por esta “matriz” diz respeito a se os autores que defendem a modernidade a interpretam sobretudo enquanto projeto (inacabado, como o faz Habermas) ou como realidade con-

QUADRO 1:
A MODERNIDADE/PÓS-MODERNIDADE EM SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS
E A POSIÇÃO APROXIMADA DE ALGUNS AUTORES

Crise atual		Posição Política			
		conservadora		crítica	
		negativa	positiva	positiva	negativa
PÓS-MODERNOS	radical			"anarquistas" Vattimo, Lyotard Maffesoli	Baudrillard (?)
	parcial	"neo-conservadores" A. Gellen		Yudice	Guattari (?) S. Lash
MODERNOS	parcial*			Octavio Paz (?)	D. Harvey Jameson Casteriaidis (?)
	radical	Daniel Bell	Fukuyama		Giddens (?) Chesnaux Habermas (?)

*Mudanças parciais, numa única dimensão social, geralmente cultural.

FONTE: Haesbaert, R. 1992. "(Post)Modernités: de multiples chemins", trabalho inédito, apresentado no Seminário do Comitê de Redação da Revista *EspacesTemps*, Saint-Prix.

creta (como predomina na análise de David Harvey). Além disso, alguns estudiosos são posicionados frente à modernidade antes do advento da "pós-modernidade" (caso de D. Bell) e outros, como Lyotard, mudaram suas idéias ao longo do tempo, sem falar naqueles, minoritários, que dificilmente teriam suas posições definidas (ainda que de forma relativa), simplesmente porque nunca abordaram a questão sob a ótica moderno/pós-moderno.

A distinção que aparece no quadro entre pós-modernistas "neo-conservadores" e "anarquistas" é aquela feita por HABERMAS (1990): enquanto os primeiros se despedem "parcialmente" da modernidade, já que uma "modernidade cultural" se tornou aparentemente "obsoleta" ("as premissas do Iluminismo", para Gellen, estariam mortas, só se mantendo em vigor suas conseqüências, a "modernização social" [p. 15]), os segundos "despedem-se da modernidade no seu todo", o racionalismo ocidental visto como "subjetividade subjugante e, ao mesmo tempo, subjugada ela própria, por vontade de apoderamen-

to instrumental" (p. 16). Um bom exemplo da posição destes últimos autores é dado pela seguinte afirmação:

(...) a modernidade deixa de existir quando - por múltiplas razões - desaparece a possibilidade de seguir falando da história como entidade unitária (p. 10). (...) Não existe uma história única, existem imagens do passado propostas desde diversos pontos de vista, e é ilusório pensar que exista um ponto de vista supremo, compreensivo, capaz de unificar todos os demais. (...) Filósofos do Iluminismo, Hegel, Marx, positivistas, historicistas de todo tipo pensavam mais ou menos todos eles do mesmo modo que o sentido da história era a realização da civilização, isto é, da forma do homem europeu moderno. (VATTIMO, 1990:11)

Um outro autor, Michel MAFFESOLI (1987:9), faz uma dissociação simplista entre Modernidade, associada com "estrutura mecâ-

nica”, “organização econômico-política”, “indivíduos (função)” e “grupos contratuais”, e Pós-modernidade, associada, respectivamente, a “estrutura complexa ou orgânica”, “massas”, “pessoas (papel)” e “tribos afetuais”. Embora em tensão nos mais diferentes domínios, estaria ocorrendo um deslocamento da primeira em direção à segunda, com a evidente defesa feita pelo autor de um “neotribalismo” com sua “socialidade” pós-moderna.

No ponto de vista de HUYSSSEN (1988), Habermas defende uma modernidade “livre de toda tendência niilista e anárquica própria do modernismo”, bem como do “(pós)modernismo estético de seus opositores” (como Lyotard), enquanto Lyotard defende um pós-modernismo que “se propõe liquidar com qualquer reminiscência do modernismo ilustrado herdado do século XVIII” e que constitui a base da modernidade habermasiana.

Podemos afirmar que, entre os autores que propõem que estão ocorrendo mudanças muito expressivas, mas que elas se dão no interior da sociedade “moderna” (capitalista), estão JAMESON (1991[1984]), LASH (1990) e HARVEY (1992[1989]). Jameson admite que o pós-modernismo se restringe à “lógica cultural” do capitalismo avançado (ou, nos termos de MANDEL 1982, tardio). Lash também considera que o pós-modernismo está “confinado ao reino da cultura” e que o “pós-industrialismo” não faz parte dele, mantendo-se entre eles apenas uma “relação de compatibilidade”. Assim, a pós-modernidade não seria “nem uma condição nem (...) um tipo de sociedade” (como a “sociedade industrial”, “capitalista” ou “moderna”) (LASH, 1990:3-4).

Para complicar, um autor como CASTORIDIS (1990), que vê o pós-modernismo dentro de uma “época de conformismo generalizado”, o período “moderno” se define pela luta e imbricação mútua entre duas “significações imaginárias: a autonomia, de um lado; a expansão ilimitada do “domínio racional”, de outro” (p. 17).

Se levarmos em conta que a autonomia nunca esteve tão longe de condicionar o desenvolvimento do capitalismo, “sem oposição interna efetiva” e dominado pela “expansão ilimitada de um (pseudo-)domínio (pseudo-)racional” (p. 23), a modernidade teria acabado. Mas como o autor considera que o projeto de autonomia, embora radicalmente “inadequado” aos programas concretos da “república liberal” e do “socialismo marxista-leninista”, com certeza não acabou, depreende-se que a modernidade foi completamente subjugada por sua vertente racional-capitalista, restando de pé, completamente por efetivar, o projeto de autonomia individual e social.

Esse quadro evidencia bem as dificuldades em caracterizar a fase em que vivemos a partir dos “paradigmas” (se é que assim podem ser considerados) da modernidade e da pós-modernidade. Em uma época de crise social e filosófica tão drástica como esta, as palavras rapidamente perdem seu sentido e enfrentamos enormes dificuldades para sintetizar / apreender a dinâmica social. Como no caso da (pós)modernidade, a mesma palavra pode subitamente adquirir concepções totalmente opostas, servindo mais para confundir do que para esclarecer. Um exemplo claro, no âmbito da Geografia, é, no nosso ponto de vista, a rotulação de “geografias pós-modernas” proposta por Edward SOJA (1993) no título de sua obra, que mantém como base de interpretação (apesar de alguns entrecruzamentos com autores não-marxistas, como Foucault) um paradigma tipicamente “moderno” - o materialismo histórico e dialético. Tentaremos então buscar algum consenso ou, pelo menos, como já estamos fazendo, distinguir melhor as questões que se colocam em meio a essas múltiplas concepções de modernidade.

O PRESENTE, A TÉCNICA, A VELOCIDADE, A MUDANÇA

Se ser moderno é “estar de acordo com sua época”, como o senso comum legitimou, tam-

bém é, como indica a própria raiz do termo, “estar na moda”, acompanhar o momento¹. Mas viver o presente ignorando o passado é modismo, é seguir constantemente “na crista da onda” que marca o presente, é não se fixar / se enraizar em objetos e idéias, é mutação / “desterritorialização” permanente, velocidade que não pára, só passa - rede / fluxo que pensa a mudança como simples mobilidade, pois mutação que se dá todo tempo acaba se tornando um mudar por mudar, sem atingir mais do que a superfície dos fatos. Como afirmou o grande “teórico da velocidade”, Paul VIRILIO (1984:65), “quando você vai depressa demais, você é inteiramente despojado de si mesmo, torna-se totalmente alienado. É possível, portanto, uma ditadura do movimento”.

Poderíamos mesmo propor como a imagem físico-matemática que reproduz melhor a modernidade “vívda” (pelo menos pela elite planetária), um “movimento retilíneo logaritmicamente acelerado”, em que o elemento básico propulsor dessa velocidade seria a inovação tecnológica e suas “redes”, permanentes destruidoras/reconstrutoras de territórios. Na ânsia pelo novo e no fascínio por esta velocidade de crescimento avassalador teríamos desembocado no paradoxo la-voisieriano defendido hoje pelos pós-modernistas: de tanto acelerar sua mudança, o mundo moderno teria caído no “nada se cria, tudo se repete” (ou se copia, se simula). A modernidade, e especialmente a modernidade contemporânea, que autores como SANTOS (1985) denominam, muito apropriadamente, período/meio técnico-científico, vê na mutação técnica a (ilusão da) mudança real, efetiva.

A modernidade no sentido de viver o presente, um presente constantemente mutável, traz

em si uma deficiência crônica: como definir uma era denominando-a com um termo que significa sobretudo PRESENTE, ATUALIDADE? Desta forma estaríamos permanentemente na modernidade, pois ninguém consegue viver fora do presente... E como poderia ser definida a era que sucede a modernidade: “uma era em que o presente seria abolido”, um presente que, por não ter novidade, nada mais faz do que reproduzir o passado? CASTORIADIS (1990) assim se expressa: “...como deveremos chamar aqueles que vêm depois de nós? O termo moderno não tem sentido senão na hipótese absurda de que o período autoproclamado moderno durará para sempre e o futuro não passará de um presente prolongado - o que, por outro lado, contradiz plenamente as pretensões explícitas da modernidade” (p. 13).

O problema maior, aí, é definir de que presente estamos falando, pois “a atualidade” só se define tomando como referência sua relação com outra(s) temporalidade(s), e não apenas no sentido linear-evolucionista de temporalidade, mas do convívio simultâneo de tempos de diferentes durações (o espaço, a simultaneidade, como uma “acumulação desigual de tempos”, como propôs SANTOS, 1978). Assim, a abolição do passado e a fetichização do presente, “olhando apenas para o futuro”, se é que existiu, foi como mito de uma parcela de modernistas mais exacerbados.

Essa “anulação do espaço” (das distâncias) “pelo tempo”, como já prenunciava Marx, acabou se tornando um mito que as novas tecnologias de comunicação e transporte da “ultra-modernidade” (termo utilizado por BOSI, 1992) tentam nos impor. Um simples mapeamento das áreas de acesso difícil ou praticamente nulo para a maioria dos habitantes do planeta revela que

1 O termo *modernus*, segundo Kumar (1996), deriva de *modo*, que por sua vez significa “recentemente”, “há pouco”, palavra de tradição tardia no latim, usada inicialmente no final do século V d. C. como nantônimo de *antiquus*. Trata-se portanto de expressão de origem medieval, quando, sobretudo após o século X, também se tornaram comuns os termos *modernistas* (“tempos modernos”) e *moderni* (“homens do nosso tempo”). Pode-se associá-la assim a uma contraposição paradoxal entre mundo pagão e mundo moderno, cristão, com Cristo atribuindo um “real” significado à vida humana.

podemos não só reconhecer um mundo capitalista, “moderno”, de “globalização” altamente elitizada, com uma massa de expropriados reclusa em territórios desconectados das redes da “modernidade” global, como também o fato de que a própria elite que dispõe do acesso aos meios de transporte mais sofisticados não tem a liberdade de se deslocar para onde bem entender. A impermeabilização de muitos espaços é cada vez mais real diante do próprio abandono de muitas áreas do planeta à sua própria sorte e do surgimento de novos tipos de conflito aparentemente sem controle ou vinculação a uma “ordem” amplamente difundida (como, mal ou bem, mais cedo ou mais tarde, ocorria com os conflitos da época da Guerra Fria, atrelados ora ao “bloco capitalista”, ora ao “bloco socialista”). O mapa 1 é uma tentativa, bastante genérica e datada (início dos anos 90), para demonstrar esse acesso restrito ou altamente seletivo que transformou vários espaços do planeta naquilo que RUFIN (1991) denomina “*novas terrae incognitae*”.

Eis a peça que a modernidade (ou, para alguns, pós-modernidade) contemporânea nos prega: acelerado constantemente o processo de mudança, chega-se a um ponto tal em que se

confunde a transformação com a simples mobilidade (e esta é vista como se fosse a mesma, para todos e em todos os lugares), a des-re-territorialização com a simples destruição de territórios (o pleno domínio em relação aos constrangimentos espaciais e/ou “naturais”). Não distinguimos mais o que é superficial do que é essencial: tudo é verdade - e tudo é fantasia, ilusão... Simulamos o mundo (e o conhecimento do mundo), somente a fé nos permite dizer que esta simulação é real. E, como num toque de mágica, basta acreditar para que a realidade se faça...

Cansados da racionalidade e da pretensa objetividade “modernas”, é possível sucumbir num “pós-modernismo” conformista, porque incapaz de estabelecer referências mais amplas para (re) fazer a crítica e/ou avaliar a ação humana. Assim, o enfraquecimento da crítica ou do próprio dar sentido ao mundo se estabelece no momento em que a ação de modernizar, as práticas da “modernidade” parecem estar mais impregnadas no cotidiano planetário - nunca nosso dia-dia teria sido invadido por um processo econômico, cultural e político de dimensões tão mundializadas, e ao mesmo tempo nunca, na era moderna, estivemos tão céticos em relação aos valores universais a seguir.

MAPA 1. ESPAÇOS DE ACESSIBILIDADE RESTRITA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.



FONTE: “*As novas terrae incognitae do mundo*”
(RUFIN, 1991:34), adaptado.

MODERNIDADE “SIMBÓLICA” E CONCRETA

O mundo contemporâneo vive um enorme descompasso entre o que ocorre em sua dimensão concreta, material, e sua dimensão ou esfera cultural, no sentido mais amplo de “simbólico”. Salomon e Laïdi afirmam que as atuais sociedades modernas perderam em sentido o que elas ganharam em poder, em “potência”. É muito nítido este poder global, esta potência universalizante da sociedade ocidental capitalista “moderna” - talvez nunca no mundo estiveram tão visíveis aqueles elementos que TOURAINE (1992) considera constituintes da “proto-modernidade”:

- a economia de mercado (em tese planetarizada, com o fim do estatismo “socialista”);
- a organização-controle estatal/nacional da sociedade (com a descolonização);
- a sociedade de consumo (e toda a cultura que ela implica).

O fracasso do socialismo real (ou “irreal”, como prefere GORZ, 1992) e o avanço do capitalismo na China, assim como a difusão global da mídia (especialmente o rádio e a televisão) são alguns dos fenômenos que demonstram a consecução daquilo que o historiador Fernand Braudel e o economista Immanuel Wallerstein denominaram economia ou sistema-mundo. Por outro lado, este “movimento sistêmico” carrega sempre, indissociável, sua contra-face, processos fragmentadores e/ou que fazem uso das brechas do sistema para se impor. Em momentos como este, pós-Guerra Fria, quando desapareceu a opção compulsória entre dois padrões de sociedade que disputavam a hegemonia do mundo, a crise, inerente ao capitalismo, nosso único grande sistema, se torna muito mais evidente, e sair dela significa hoje, praticamente, optar pela completa marginalidade².

A força do modelo ocidental (capitalista / urbano / estatal) de sociedade e sua mundialização nos leva a analisar a vertente sociológica da modernidade, ou seja, aquela que não considera apenas a formação das idéias modernas (como em geral acontece com o debate sobre a modernidade), mas também da sociedade concreta que as instituiu e que, ao mesmo tempo, nelas se inspirou para se realizar.

Mesmo se admitirmos, como Baudrillard, que a modernidade não é estável e irreversível senão como sistema de valores, como “mito”, seria muito empobrecedora uma análise do moderno que se restringisse à história das idéias. Como parte da vaga “pós-moderna” que às vezes reduz o mundo ao relativismo de um conjunto de narrativas, signos e interpretações, virou moda, hoje, mais uma vez, falar em hermenêutica, simplesmente trabalhar sobre a interpretação dos discursos. Talvez isto explique um pouco as raras explicações/teorias construídas a partir da análise da realidade concreta, da sociedade “real” (que inclui também, é claro, como sua parte indissociável, o campo das idéias), reduzida às múltiplas leituras subjetivas que dela podem ser feitas.

Podemos ampliar para grande parte dos intelectuais a afirmação de CASTORIADIS (1990) proposta para alguns filósofos, quando ele diz que nós nos preocupamos “não com as mudanças na realidade social-histórica, mas com as mudanças (reais ou supostas) na atitude dos pensadores (...) a respeito da realidade”. É por esta dissociação entre pensamento e prática que se torna cada vez mais difícil entender a sociedade contemporânea, e a maioria dos intelectuais, em diálogos fechados de academia, distanciam-se das problemáticas concretas para as quais deve(ria)m ajudar a encontrar respostas.

A modernidade que buscamos definir aqui não é, em hipótese alguma, apenas a moderni-

2 Na qual, sem opção, mergulha uma parcela cada vez maior da humanidade (nem exército industrial de reserva, nem virtual mercado consumidor), o que leva autores como KURZ (1992) e ENZENSBERGER (1992) a levantarem com seriedade a hipótese da catástrofe ou da “guerra civil” generalizada.

dade dos filósofos, fundada por um Descartes, um Kant ou um Hegel, mas também e sobretudo a modernidade histórico-social, concreta, quem sabe fundada pelo movimento Renascentista, incluindo aí desde eventos como a descoberta de “novos mundos” (o conhecimento e apropriação do globo terrestre como um todo), até reformas culturais, como a protestante, e técnicas, como aquelas resultantes do progresso científico e da “revolução” industrial.

É verdade que a modernidade se define melhor como “uma ‘idéia reguladora’ (ou desreguladora), uma cultura, um estado de espírito (conjunto de valores)” imposto no final do século XVIII, do que como “um período cronologicamente definido” (DOMENACH, 1986:14). Mas ela de modo algum se restringe ao campo da cultura, muito menos ao do pensamento, como “mito” ou como “um imenso processo ideológico”, no dizer de Baudrillard.

A dimensão mítica e/ou ideal da modernidade é acompanhada sempre, de maneira ao mesmo tempo associada e distinta, por uma ação concreta, um processo que muitos denominam “modernização”. Desse modo, podemos distinguir a princípio dois modos possíveis de definir a modernidade (a consciência desta distinção é muito importante ao utilizarmos o conceito): uma, que prioriza o campo das idéias, da proposição de valores, da criação de mitos (como o da mudança/inação permanente, o da ruptura radical/revolucionária com o passado e o da conjugação entre razão, técnica e progresso pelo domínio irrestrito sobre a natureza); e outra que leva em conta a construção da sociedade, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural, geográfica...), realizando ou não a modernidade “ideal” (do francês idéal = referente ao campo das idéias, e não referente a um “projeto idealizado”, como comumente se associa).

Conforme nos indica o quadro 2, a seguir, devemos caracterizar essa modernidade ao mesmo tempo “ideal” e concreta considerando con-

comitantemente tanto sua perspectiva diacrônica (temporal/histórica) quanto sincrônica (social/espacial). A primeira põe em causa os marcos históricos que delimitam em conjunto e/ou permitem periodizar a modernidade, considerando pelo menos a distinção entre história das idéias e história social propriamente dita. A segunda leva em conta sua expressão socialmente diferenciada (conforme afete em maior ou menor grau o âmbito da cultura, da política e/ou da economia) e sua difusão geograficamente desigual (especialmente considerando suas diversas escalas de abrangência e os diversos níveis de intensidade, nos vários amálgamas entre o “moderno” e o “tradicional”, ou, numa versão mais propriamente geográfica, que desenvolvemos em um outro trabalho, entre os processos de territorialização e desterritorialização).

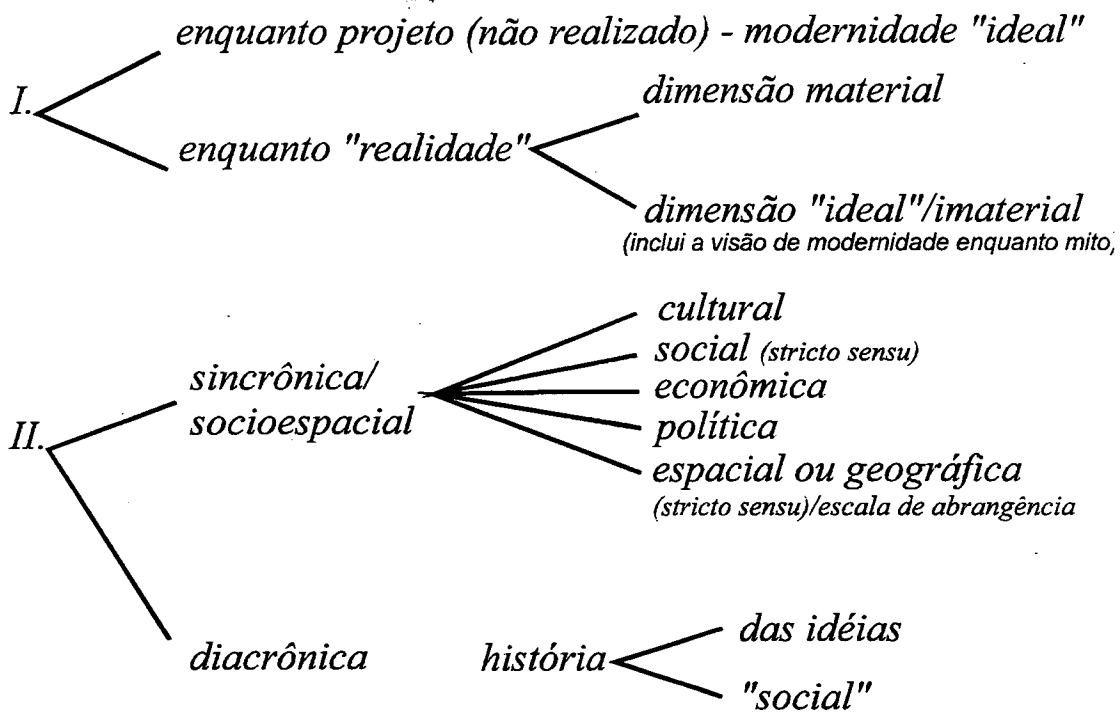
A dimensão histórica que permite caracterizar e/ou delimitar a modernidade é muito problemática, principalmente quando buscamos, por exemplo, estabelecer seus marcos fundadores. Cada interpretação, cada pensador que tenta responder a esta questão estabelece seus próprios marcos. É possível distinguir então definições de modernidade, ao mesmo tempo unidas e distintas, no âmbito da história das idéias e da história social propriamente dita.

A MODERNIDADE NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS

Entre os pensadores que são tidos como fundadores da modernidade temos: Thomas Hobbes (e sua concepção de Estado) para a ciência política; Adam Smith (e sua concepção de liberalismo capitalista) para a economia; Galileu e Newton para as ciências físicas; Spinoza, Descartes, Kant e especialmente Hegel, para a filosofia; Cervantes (cf. Octavio PAZ, 1989a) e Baudelaire para a literatura.

As controvérsias aqui também são muitas, especialmente no que se refere à filosofia. YOVEL (1991), por exemplo, tomando Spinoza como fundador da filosofia moderna, define a moder-

QUADRO 2:
MODERNIDADE: DIMENSÕES E FORMAS DE ABORDAGEM



nidade como “a aceitação do mundo com todas suas dimensões no contexto real da vida”, para o que foi fundamental a secularização do mundo advinda da teoria spinoziana da imanência, segundo a qual o verdadeiro ser não existe senão no mundo concreto.

Para Yovel os “cartesianismos” seriam modernos entre aspas, em oposição à radicalidade spinoziana. Descartes funda uma modernidade *hard* que, como o pensamento newtoniano, dá origem a uma objetivação radical - e por isso em grande parte mecânica - do mundo (embora por trás dela permaneça um “substrato divino”, como em Newton). Muitos, ao definirem a modernidade a partir deste paradigma, simplificam ao extremo toda a ambigüidade e os conflitos que marcam o pensamento moderno.

Um bom exemplo é LYOTARD (1986), quando define ciência “moderna” como a ciência que se refere a um metadiscurso (um discurso de legitimação, uma filosofia, em busca da verdade) e contrapõe a ela a pós-modernidade

(“simplificando ao extremo”, diz ele) como “a incredulidade em relação aos metarrelatos” (p. xvi). Para o autor, na cultura pós-moderna “o grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação” (p. 69), pois “a ciência joga seu próprio jogo” não podendo assim “legitimar os outros jogos de linguagem” (p. 73). Todo consenso seria “local” e baseado em contratos temporários, flexíveis, onde deveria ser reconhecida a heterogeneidade dos jogos de linguagem.

Enquanto “consciência da historicidade da época em que vivemos”, a modernidade (filosófica) frequentemente faz referência primeira a Kant. É o caso, por exemplo, da interpretação de Michel Foucault. CASTORIADIS (1990) questiona essa posição, não só por simplificar a definição da modernidade a partir do pensamento dos filósofos (sem levar em conta a realidade concreta), mas também porque Kant não teria sido o primeiro filósofo a ter consciência da his-

toricidade de seu tempo e não propunha, como afirma Foucault, uma comparação de valor em “relação sagital” (mas sim “longitudinal”) com sua época. Segundo Castoriadis, Kant “avalia” a história em termos de progresso (“longitudinal”), tomando o Iluminismo como referência básica. “Se a ‘relação sagital’ se opõe à avaliação, isto não significa senão que o pensamento, abandonando sua função crítica, tende a tomar emprestados seus critérios junto à realidade histórica, tal como ela é” (p. 14).

Hegel (para HABERMAS [1990] o primeiro filósofo a desenvolver com clareza um conceito de modernidade), partilharia esse mesmo espírito ao substituir a história concreta pela história das idéias, conduzindo pela unificação do Espírito absoluto ao “tema antimoderno por excelência do fim da história” (na definição de MARTUCELLI [1991] a modernidade seria justamente “a vontade dos homens de fazer conscientemente sua própria história”). Na verdade, radicaliza CASTORIADIS, “Hegel representa a oposição total à modernidade no seio da modernidade ou, de modo mais geral, a oposição total ao espírito greco-ocidental no interior deste espírito” (1990:15). Se o elo razão-realidade, tão enfatizado por Hegel, fazia da filosofia moderna “a verdade de sua época”, esta verdade seria “a emergência... de uma cisão interna explícita, manifesta na autocontestação da época e no questionamento das formas instituídas existentes...”. Cabe então à filosofia reconciliar essas oposições (e ser conservadora) ou permanecer crítica, sem a pretensão de conceitualizar e sim de problematizar/questionar sua época.

Mas o papel da filosofia na história já é “uma outra história...”. Se cabe à filosofia problematizar e questionar sua época, podemos dizer que ela o faz desenvolvendo um dos princípios fundamentais da modernidade. Uma das características básicas do pensamento moderno é justamente o desenvolvimento da razão crítica e não, como muitos autores defendem, o simples domínio de uma racionalidade instrumental, con-

troladora, voltada para o “progresso” tecnológico e o conseqüente domínio virtualmente ilimitado sobre a “natureza” (noção que já implica numa dicotomia).

Para VATTIMO (1991), um dos principais defensores da pós-modernidade, a modernidade teria se esgotado, hoje, enquanto:

- culto pelo novo e pelo original;
- história vista como processo unitário, progressivo, de emancipação, reunida em torno de um centro ordenador (o “centro” do Ocidente, por exemplo).

O fim da modernidade surge com a contestação do “modelo ideal de cultura”, européia e ocidental, e a emergência da sociedade de comunicação generalizada, que a caracteriza não como “mais ‘transparente’, mais ‘ilustrada’, mas como uma sociedade mais complexa, inclusive caótica”, residindo aí, na visão otimista do autor, as esperanças pós-modernistas de emancipação.

Entretanto, se a racionalidade instrumental-utilitarista foi dominante, ela vingou basicamente sob os padrões sistêmicos “desigualizantes” da economia capitalista. Mas mesmo esta “modernidade concreta”, esta ação econômico-tecnológica de modernizar, que se projetou cada vez mais pelo mundo, não fez tabula rasa de todo o jogo de pluralidades/tradições que constitui na verdade a própria contra-face do moderno, sem a qual ele não se define, pois encontram-se indissociavelmente imbricados. Como lembra Octavio Paz,

a modernidade é uma tradição polêmica que desaloja a tradição reinante, seja ela qual for, mas ela desaloja somente para, logo depois, dar lugar a uma outra tradição (...) O moderno não se caracteriza somente pela novidade, mas também pela sua heterogeneidade. Tradição heterogênea ou do heterogêneo, ela está condenada à pluralidade: a antiga tradição era sempre a mesma, a moderna é sempre distinta. (PAZ, 1989a:17)

A MODERNIDADE NA HISTÓRIA “SOCIAL”

A controvérsia sobre as origens da modernidade no âmbito do que alguns autores consideram a história social ou “história concreta” parece ser ainda maior: os marcos concretos que fundam a modernidade podem remontar ao fim da “verdadeira” Idade Média (conforme defendido por CASTORIADIS [1990] e por aqueles que vêem na visão cristã da história as bases do pensamento moderno), à descoberta da América por Colombo e às grandes navegações, à Reforma protestante de Lutero, ao movimento renascentista e ao “Século das Luzes” (Iluminismo), à Revolução Francesa ou à Revolução Industrial e Tecnológica iniciada na Inglaterra. Nesse sentido, muitos estudiosos preferem distinguir “modernidade” - basicamente ligada à história das idéias, “um conjunto de valores”, como defendem Baudrillard e Umberto Eco, e “modernização” - o moderno (capitalista, fundamentalmente) tornado ação e se materializando no espaço social.

A Revolução Francesa adquire um papel quase unânime na formação e consolidação ao mesmo tempo de uma visão de mundo e de uma prática “modernas”. Como afirma Kumar (1996), fazendo uma associação pouco freqüente entre Revolução Francesa e Revolução Industrial na formação da modernidade:

A Revolução Francesa de 1789 foi a primeira revolução moderna. Ela transformou o conceito de revolução. Revolução não significava mais o giro de um roda ou um ciclo que sempre fazia algo retornar a seu ponto de partida. Nesse momento passou a significar a criação de alguma coisa inteiramente nova (...). Marcou o nascimento da modernidade - isto é, de uma época que está em constante formação e refor-

mação diante de nossos olhos (p. 92). Para os filósofos da modernidade, a Revolução Francesa foi uma das principais expressões, como também um dos principais veículos, da nova consciência. Ela anunciou um objetivo do período moderno como a obtenção de liberdade sob a orientação da razão. (...) Se a Revolução Francesa deu à modernidade sua forma e consciência características - uma revolução baseada na razão -, a Revolução Industrial forneceu-lhe a substância material (p. 93). (...) Parece razoável argumentar que só com a Revolução Industrial britânica, em fins do século XVIII, é que a modernidade recebeu sua forma material (p. 94),

pois foi o meio pelo qual a sociedade ocidental se mundializou e afirmou sua “superioridade”.

Foi Max Weber quem definiu modernidade unindo razão e técnica. Para ele, ela seria “o produto do processo de racionalização que ocorreu no Ocidente, desde o final do século XVIII, e que implicou a modernização da sociedade e a modernização da cultura”³. Enfatizando o processo de burocratização, podemos dizer que Weber permitiu enfatizar, junto à moderna sociedade de classes dominada pelos capitalistas (na visão de Marx), a “classe” burocrática - que acabou tendo sua manifestação mais acabada nos países do socialismo real. Contraditoriamente, para alguns autores que defendem o fim da modernidade, este poderia ser situado ainda no final do século XIX (justamente quando Weber identifica os traços fundantes da modernidade), com a crise dos grandes relatos e do “racionalismo científico” (a partir de pensamentos como o de Nietzsche), sendo que uma era pós-moderna se concretizaria relacionada às transformações provenientes da

3 Segundo MARTUCELLI (1992:9), “a modernidade é associada por Weber à predominância estatística da racionalidade instrumental sobre as outras três formas da ação: a ação com respeito aos valores, a ação tradicional e a ação efetiva”.

“sociedade pós-industrial”⁴, técnico-informacional (LYOTARD, 1986), a partir da década de 1950.

HARVEY (1989), por sua vez, encara a pós-modernidade numa perspectiva muito semelhante à de JAMESON (1984), definindo-a como uma “condição” que se manifesta mais no âmbito cultural, intimamente vinculada às novas formas de organização do capitalismo. Assim, ele constrói um quadro onde as características do fordismo (economias de escala, capital monopolista, universalismo, sindicalismo, “welfare state”, metanarrativas...) estariam associadas à modernidade e as do chamado pós-fordismo ou capitalismo de acumulação flexível (produção em pequenos lotes, capital fictício, individualismo, ecletismo, desregulação, jogos de linguagem...) à pós-modernidade.

JAMESON (1991[1984]) vê o pós-modernismo como a “lógica cultural dominante” do capitalismo tardio, cujas características essenciais já estariam presentes em qualquer precursor modernista. Ele caracteriza o pós-modernismo por:

- “uma nova superficialidade” que se estende tanto à teoria contemporânea quanto à “nova cultura da imagem ou do simulacro”;
- o “debilitamento da historicidade”: ao contrário do período moderno propriamente dito, “habitamos hoje a sincronia mais do que a diacronia (...), nossa experiência psíquica e nossas linguagens culturais estão dominadas por categorias mais espaciais que temporais” (p. 40);
- “um subsolo emocional totalmente novo”, onde os sentimentos são “impessoais e flutuam livremente” e a afetividade e a subjetividade se diluem;

- as profundas relações dessas características com a tecnologia.

O autor associa as três fases do capitalismo (com base nas chamadas revoluções tecnológicas) com uma periodização cultural que engloba o realismo, o modernismo e o pós-modernismo. A fase atual do “capitalismo avançado, consumista” ou, mais propriamente, do “capitalismo multinacional”, é sua fase mais pura, com “uma nova penetração e uma colonização historicamente original do inconsciente e da natureza, isto é, a destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela ‘revolução verde’ e a ascensão dos meios de comunicação de massas e da indústria publicitária” (p. 81).

Neste ponto é importante reenfatar que a “modernidade” pode ser definida em cada situação histórica tanto a partir de seu alcance social *stricto sensu* quanto geográfico. Assim, é necessário sempre esclarecer se entendemos sua extensão em todos os níveis da sociedade (econômico, político, cultural) e se estamos nos referindo a uma modernidade/modernização mundial ou “regionalmente” difundida. Autores que defendem o advento da pós-modernidade, como Lyotard e Vattimo, situam a modernidade basicamente na chamada sociedade industrial Ocidental e enfatizam sua dimensão cultural, embora intimamente associada com as transformações na esfera tecnológica.

Uma contribuição interessante é dada pelo historiador Jacques LE GOFF (1988) ao abordar a “modernidade” contemporânea. Considerando sua dimensão espacial ou geográfica ele identifica diferentes processos “regionais” de modernização a partir do embate tradição x modernidade. Apesar de atentar para o “caráter relativamente arbitrário dessa distinção”, ele ca-

4 A sociedade pós-industrial que acompanharia a pós-modernidade foi analisada na hoje clássica obra literal de Daniel Bell (1977), *O advento da sociedade pós-industrial*, a partir de seu projeto de estabelecer “um ‘jogo entre indivíduos’, no qual uma ‘tecnologia intelectual’, baseada na informação surge acompanhando a tecnologia mecânica” (p.138). Ela contrapõe-se assim aos projetos da sociedade pré-industrial (um “jogo contra a natureza fabricada”). Detalhes de forma sistemática encontram-se no “esquema geral da transformação social” nas três sociedades, em BELL, 1977: 139.

racteriza três tipos de modernização e dá exemplos geográficos para cada um deles:

- a modernização “equilibrada”, que realiza uma síntese mais harmônica entre elementos tradicionais (locais) e modernos (ocidentais), como seria o caso do Japão e provavelmente de Israel;
- a modernização “conflitiva”, onde convivem em conflito as tradições e a inovação, como nos países árabe-muçulmanos;
- a modernização “hesitante”, que atingiu uma parcela muito relativa da população, como é o caso de grande parte dos países da chamada África Negra.

A esses três tipos poderíamos acrescentar um quarto, que parece caracterizar melhor o caso latino-americano, em que uma “modernização arrasadora” quase extinguiu completamente as culturas locais, devastou a natureza, promoveu a urbanização da miséria e impôs uma desigualdade social praticamente sem similar em outras áreas do planeta.

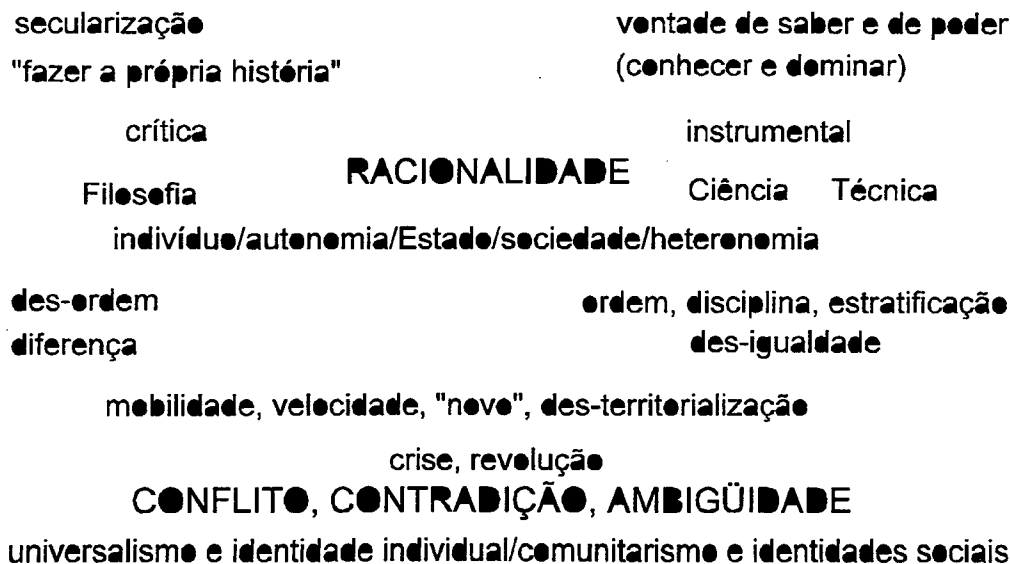
Embora a abordagem de Le Goff se prenda mais aos aspectos culturais da modernização e o uso do termo “modernização equilibrada” seja altamente questionável considerando a lógica

capitalista, eles estão associados ao caráter econômico do processo, sendo passíveis de inúmeros desdobramentos e servindo como referências/pontos de partida para análises mais aprofundadas da difusão geográfica/territorialmente diferenciada das dinâmicas da modernização.

Apesar dessa complexidade social, histórica e espacial com que a modernidade deve ser tratada, e reconhecendo as múltiplas interpretações que dela têm sido feitas, propomos um conjunto de “palavras-chave” para um ensaio de definição (quadro 3), que, como toda abordagem sintética, implica um grau elevado de simplificação, aberto a muitos questionamentos e deixando inúmeros temas para serem aprofundados.

Ao contrário de muitos pós-modernistas que acusam a modernidade por seu caráter objetivista, dualista e cerceador, os termos enunciados no quadro 3, sintetizando as múltiplas leituras até aqui comentadas, revelam claramente, antes de tudo, o caráter ambíguo e/ou contraditório da modernidade. Como diz Baudrillard, a modernidade “não é a racionalidade nem a autonomia da consciência individual (que entretanto a funda)”, ela é “a exaltação racional de uma sub-

QUADRO 3:
MODERNIDADE: TERMOS-CHAVE



jetividade ameaçada por todos os lados pela homogeneização da vida social". Não é unicamente a luta entre dois pólos (razão e paixão, sujeito e objeto, sociedade e natureza) que marca a modernidade. Ela não é, simplesmente, o domínio de uma dicotomia profunda (que contudo a inaugura), mas também a permanente tentativa de superar essa dicotomia (vide a[s] dialética[s], fenomenologia[s] etc.). KUMAR (1996) defende a idéia de que desde a primeira metade do século XIX já havia uma "cultura da modernidade" que era "subversiva à idéia de modernidade", fato já apontado por BELL (1977), para quem a cultura modernista subverte a ordem racional e disciplinar moderna.

Quanto ao caráter "revolucionário", transformador, da modernidade, onde - na afirmação de Marx popularizada por BERMAN (1987) - "tudo que é sólido desmancha no ar", a modernidade, "mesmo articulada sobre as revoluções, não é a revolução. Ela é, como diz Lefebvre, 'a sombra da revolução frustrada, sua paródia'" (BAUDRILLARD, 1989). Para Octavio PAZ (1989b) "o sinal distintivo que marca o surgimento da era moderna" é "a idéia de revolução", sua "religião pública", colocada em crise (para ele definitiva) com a queda dos regimes centralizadores do Leste.

Assim como o individualismo, que substitui o holismo das sociedades tradicionais (cf. DUMONT, 1985) e que convive de modo ambíguo e é alimentado pela construção da "sociedade estatal moderna", com seus valores de pretensão universalista, também a revolução, mito moderno por excelência, enquanto visão unilateral da fundação do novo, como já enfatizamos, tem uma outra face: ao mesmo tempo que "rom-

pe com o passado e estabelece um regime racional e justo, radicalmente diferente do antigo", é vista como "um retorno ao início", "ao momento da origem, antes da injustiça" ou do momento em que, "como diz Rousseau, um homem marcou os limites de um pedaço de terra e disse: 'Isto é meu'" (PAZ, 1989b:8). Assim, ela é a uma só vez fruto da história e da razão, do tempo linear e da idéia de progresso (da fundação de um território completamente novo), e "filha do mito", "um momento do tempo cíclico" que tenta resgatar uma igualdade e uma fraternidade atemporais, como no paraíso de uma visão religiosa do mundo.

Vê-se assim questionada, também, a tentativa de secularização do mundo, de "desmitificação" e dessacralização da natureza e da cultura, outro pressuposto "moderno" fundamental (ênfatisado, como vimos, na definição de modernidade de Yovel). Se o desejo de que os próprios homens sejam donos integrais de seu destino, conquistem sua autonomia - inclusive pelo domínio sobre a "natureza" -, e construam ("racionalmente") a sua própria história⁵, não foi realizado, ou até, pelo contrário, afastamo-nos cada vez mais desse desejo/projeto através da propagação da exploração e da exclusão, com o domínio de uma razão instrumental que tudo tenta objetivar e controlar, "funcionalizar" e transformar em mercadoria, nem por isso vamos desprezar as conquistas sociais efetuadas dentro da própria sociedade "moderna" capitalista, fruto em grande parte, é sempre bom lembrar, da luta dos explorados e excluídos de sua "modernização".

Se a destruição dos mitos e a secularização "modernas" resultaram, curiosamente, em novos mitos, cabe assumir com mais cautela as

5 Para André GORZ (1992), autor que associa modernidade ("em vias de acabamento - (...) que nunca será definitivo") e socialismo "(...) a modernidade não reside nem na fé no progresso ou no sentido da história, nem na unidade e universalidade da razão, mas antes de tudo no surgimento do indivíduo-sujeito reivindicando o direito de definir ele mesmo o fim de suas ações, de ser dono de si mesmo e de se autoproduzir, o que implica também que o sentido de seus atos e seu lugar no mundo não lhe são mais garantidos por uma autoridade superior ou uma ordem 'natural'" (p. 2).

conquistas da racionalidade científica e reconhecer que, desde suas origens (basta lembrar a polêmica entre Descartes e Pascal), é pelo embate entre posições divergentes, considerando tanto a razão quanto a sensibilidade, a ciência e a arte, a reflexão e a intuição, num estímulo permanente às várias vertentes da crítica, que a modernidade pode ser (re)definida. Uma era que propõe como seu eixo básico a crítica e, conseqüentemente, a mudança, é uma era onde se deve, antes de tudo, aprender a conviver com a alteridade, contraditória ou não, o que nos coloca permanentemente em condições de superar convicções, vencer o reacionarismo e com isso conquistar maior liberdade e autonomia, ampliando os laços por uma maior igualdade social. Como no desabafo simples e muito concreto de Darcy Ribeiro num jornal brasileiro em 1992, “modernidade, no Brasil que tem fome, é o povo comer todos os dias, é todo mundo ter um emprego, é toda criança ter uma escola”. Ou, numa forma teoricamente articulada, nesta afirmação de Albrecht WELLMER (1988):

Contra o universalismo democrático da sociedade burguesa podemos objetar hoje que (...) não cabe esperar nem legítimas últimas nem fundamentações últimas, mas isto não significa nem que se tenha que despedir-se do universalismo democrático e do indivíduo autônomo, nem que tenha que se dar por cancelado o projeto marxiano de uma sociedade autônoma nem que se tenha que despedir-se da razão. Significa, isto sim, que devemos pensar o universalismo político-moral do Iluminismo, as idéias de autodeterminação individual e coletiva, de razão e de história de uma nova forma. Na tentativa de fazer isso, é onde eu veria o genuíno impulso “pós-moderno” rumo a uma transcendência da razão. (...) O que está em questão (...) [é

a superação da razão una em uma interação e jogo de racionalidades plurais.
(p. 138, grifos do autor)

Mais importante do que formular uma definição bem estruturada, o que se revelaria mesmo contraproducente, pois podemos afirmar que a modernidade sempre se define num sentido relacional (“moderno” x “tradicional”, presente x passado... nunca mutuamente excludentes), a principal contribuição deste artigo, como indicativo para uma discussão mais ampla, foi a de realizar uma sistematização geral dos elementos básicos a serem considerados quando se busca uma definição mais coerente para modernidade. Assim, deixamos várias questões em aberto mas também, como parece mais adequado nesta temática, indicamos múltiplos caminhos que se pode seguir (por exemplo, ao enfocarmos a modernidade como “realidade”, material ou imaterial, ou como projeto “ideal”, não realizado), bem como algumas das conseqüências com as quais nos deparamos ao abordar desta ou daquela maneira a modernidade, conscientes assim das (in)coerências que cada forma de tratamento pode implicar.

RESUMO

Um dos mais importantes debates dos anos 80 e 90 foi aquele sobre modernidade e pós-modernidade. Mas estes são termos muito ambíguos. Este artigo propõe uma visão complexa da (pós-)modernidade como produto das transformações no espaço-tempo, dentro de múltiplas dimensões e perspectivas. Ele defende a pluralidade de racionalidades e uma visão não-dicotômica da modernidade e/ou pós-modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade - Pós-modernidade - Espaço-Tempo

SUMMARY

One of the most important debates at the 80's and 90's was that about modernity and postmodernity. But these are very ambiguous terms. This text suggests a complex view about (post)modernity as a product of the changes in space-time, with many different dimensions and perspectives. It supports the plurality of rationalities and a non-dichotomic view of modernity and/or postmodernity.

KEYWORDS

Modernity - Postmodernity - Space-time

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAUDRILLARD, J. *Modernidade* (verbete) In: *Enciclopédia Universalis*. Paris: Production Rhamnales, 1989.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BIDET, J. *Théorie de la modernité* (suivi de Marx et le marché). Paris: PUF, 1990.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASTORIADIS, C. *Le monde morcelé - Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Le Seuil, 1990. (edição brasileira: *O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992).
- DOMENACH, J. *Approches de la modernité*. Paris: École Polytechnique e Ed. Marketing, 1986.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985 (1982).
- ENZENSBERGER, H. *Guerra Civil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES, P. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GORZ, A. Entrevista ao jornal *Le Monde*, 14.04.1992, p. 2.
- GIDDENS, A. Modernism and post-modernism. *New German Critique* nº 22, Milwaukee, Univ. de Wisconsin, 1981.
- _____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- HAESBAERT, R. Geografia, Filosofia e Crise da Modernidade. *Terra Livre* nº 7, São Paulo: Marco Zero/AGB, 1990.
- _____. e Gomes, P. C. O espaço na modernidade. *Terra Livre* nº 5, São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990 (1985).
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992 (1989).
- HUYSEN, A. Cartografía del postmodernismo. In: Picó, J. (org.) *Modernidad y postmodernidad*. Madrid: Alianza, 1988.
- JAMESON, F. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós, 1991(1984).
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAÏDI, Z. *Un monde privé de sens*. Paris: Fayard, 1994.
- LASH, S. *Sociology of postmodernism*. Londres e N.York: Routledge, 1990.
- LE GOFF, J. *Histoire et mémoire* (item 6.2. Modernisation). Paris: Gallimard, 1988.
- LYOTARD, J.F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1986 (1979).
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MARTUCCELLI, D. *La question du social*. Tese de Doutorado, Paris, EHESS, 1992.
- PAZ, O. *Los hijos del limo*. Barcelona: Seix Barral, 1989a (1974).
- _____. A voz do tempo. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, 19 de nov, 1989b.
- PICÓ, J. (org.). *Modernidad y postmodernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- RUFIN, J. C. *L'empire et les nouveaux barbares*. Paris: Jean-Claude Lattès, 1991.
- SALOMON, J. *Le destin technologique*. Paris: Gallimard, 1992.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 (1989).
- TOURAINÉ, A. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard (ed. brasileira: *Crítica da Modernidade*, Petrópolis: Vozes, 1992).
- VATTIMO, G. Posmodernidad: una sociedad transparente? In: Vattimo, G. et al. *En torno a la posmodernidad*. Barcelona: Anthropos, 1990.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world system*. New York: Academic Press, 1976.
- WELLMER, A. La dialéctica de la modernidad y postmodernidad. In: Picó, J. (org.) *Modernidad y postmodernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- YOVEL, Y. Entrevista ao jornal *Le Monde*, suplemento Livres, 29.11.91, p. 22.
- YUDICE, G. O pós-moderno em debate. *Ciência Hoje*, vol. 11, nº 62. São Paulo: SBPC, 1990.